



**Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
2º Trimestre 2021**

1. Contexto Operacional

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR – AR/MS, é uma Entidade integrante do “Sistema S”, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), nos termos da Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991 e do Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992, alterado pelo Decreto nº 9.274, de 02 de janeiro de 2018.

É um serviço social autônomo, classificado como Entidade paraestatal, ou seja, uma pessoa jurídica de direito privado criada por lei, que atua sem submissão à Administração Pública.

É dirigida por um Conselho Deliberativo tripartite, formado por representantes do governo, dos setores patronais e dos trabalhadores. Nos Estados existem as administrações regionais vinculadas às Federações da Agricultura e Administração pelos respectivos conselhos administrativos.

Por meio da Lei Municipal nº 3.477, de 8 de junho de 1998, publicada no Diário Oficial de Campo Grande nº 102 de 9 de junho de 1998, foi declarada de utilidade pública municipal.

O SENAR possui destinação específica de receitas arrecadadas pelo Governo Federal, sendo Entidade instituída por lei com o estrito propósito de prestar serviços de caráter social, de formação profissional (rural), assistência técnica e gerencial do trabalhador rural.

O SENAR - AR/MS tem por missão promover a educação, a informação e o conhecimento em agronegócios à comunidade rural de Mato Grosso do Sul, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Estado com inovação e competência. Assim, proporcionando oportunidades ao trabalhador rural e sua família por meio da realização de ações de formação profissional rural, de atividades de promoção social e da assistência técnica e gerencial. Os níveis de formação profissional oferecidos são: qualificação, aperfeiçoamento, atualização e especialização.

O SENAR - AR/MS é uma instituição de fins educacionais sem fins lucrativos, sem caráter empresarial, sendo considerada entidade imune na forma do disposto no artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal. Para fins deste dispositivo, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

A garantia constitucional de imunidade em relação aos tributos, com fundamentação no artigo 150, VI, "c" da Constituição Federal de 1988, tem sido assegurada nos tribunais quanto ao IOF e é aplicável



**Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
2º Trimestre 2021**

aos demais tributos como o IPTU e o ITBI, o que igualmente ocorre em favor de todas as demais instituições de serviço social autônomo.

Segundo o disposto no § 2º do artigo 12, da Lei nº 9.532/1997, para o gozo da imunidade, instituições como o SENAR estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- a. Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados. Esta vedação, entretanto, não impede a remuneração aos Diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício nem a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% do limite estabelecido para a remuneração de servidores do poder executivo federal;
- b. Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- c. Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d. Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e. Apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Receita Federal do Brasil;
- f. Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;
- g. Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;
- h. Outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.

Por se constituir em instituição de fins educacionais sem fins lucrativos, o SENAR e o SENAR - AR/MS não devem apresentar superávit em suas contas ou, caso apresentem em determinado exercício, deverão destinar integralmente o referido resultado à manutenção e ao desenvolvimento

Handwritten signature and initials in blue ink.



**Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
2º Trimestre 2021**

dos seus objetivos sociais, podendo aplicá-lo, ainda, como incremento de seu ativo imobilizado. Quando apurado déficit, o déficit técnico do exercício será absorvido pelo patrimônio social.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público, estabelecido pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC através das Normas Brasileiras Aplicada ao Setor Público NBC TSP, observando-se ainda as resoluções do Conselho Deliberativo do SENAR – Administração Central em matéria contábil.

2.2. Bases de preparação

a) Custo: as demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação: as demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade.

c) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade utilize estimativa e adote premissas objetivas e subjetivas para determinar os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As principais estimativas são relacionadas com a determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado, provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), provisões para desembolsos originados de processos administrativos e judiciais. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação. A Administração revisa essas estimativas periodicamente.

Atto

✗:

JP



**Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
2º Trimestre 2021**

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades pertencentes à Entidade são representadas pelos recursos mantidos em espécie na sua tesouraria, pelos saldos de livre movimentação dos depósitos bancários à vista e pelas aplicações financeiras de curto prazo.

As aplicações financeiras estão representadas por quantias investidas em fundos de investimento, certificados de depósitos bancários e depósitos em poupança, cujos saldos correspondem aos montantes efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

As aplicações financeiras em nome da Entidade estão classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3.2. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

▪ Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Nesta categoria inclui-se os equivalentes de caixa mantidos pela entidade.

▪ Recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Entidade



**Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
2º Trimestre 2021**

compreendem contas a receber, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. Em 31 de março de 2021 a entidade não possuía ativos na condição de mantidos até o vencimento.

3.3. Contas a receber

As contas a receber são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD). A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Não foram constituídas provisões para perdas de créditos por não haver inadimplências conhecidas ou estimáveis de contas a receber.

3.4. Estoques

O saldo de almoxarifado é resultante do total em estoque dos materiais adquiridos e recebido em doação para uso da Entidade, constituídos especialmente por materiais para e consumo nas finalidades educacionais da Entidade. Constituem os estoques, ainda, todos os artigos de uso e consumo da Administração da Entidade, como materiais de papelaria, escritório e informática. Os bens adquiridos para o almoxarifado são registrados pelos respectivos custos de aquisição e são baixados para despesa por ocasião das requisições de consumo.

3.5. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração



**Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
2º Trimestre 2021**

O ativo imobilizado da Entidade é representado pelos bens de capital utilizados nas suas atividades sociais, os quais são mensurados pelo custo histórico de aquisição e construção, deduzidos de depreciação acumulada calculada pelo método linear. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. (vide nota explicativa nº 8)

O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Entidade.
- Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais do resultado.
- As obras e demais imobilizados em andamento, enquanto não concluídas, são classificadas no ativo imobilizado como imobilizado em andamento.

b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente, a partir da data que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada o ativo está disponível para utilização. Terrenos e Construções em Andamento não são depreciados.

A Administração da Entidade realizou o Teste de Recuperabilidade (Impairment Test) conforme NBC TG 1000 (R1), bem como a revisão da Vida Útil das contas “Imóvel” e “Veículos” no exercício de 2016.

3.6. Intangível

Os ativos intangíveis são representados por gastos realizados com aquisições de licenças e programas de informática. Os referidos direitos são demonstrados por seus custos incorridos quando das aquisições, deduzidos dos saldos das amortizações acumuladas calculadas com base em taxas lineares anuais. (vide nota explicativa nº 12).

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são



Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
2º Trimestre 2021

reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Entidade e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

3.7. Fornecedores

Os montantes a pagar são contabilizados pelos valores constantes das respectivas notas fiscais mercantis e de serviços, sendo ajustados, nas datas dos balanços, quando assim aplicáveis: (a) pelo desconto a valor presente sobre os preços de aquisição contratados a prazo, calculado com base em taxas de juros pré-fixados, sempre que os referidos preços embutirem encargos financeiros e/ou variarem em relação aos seus correspondentes preços à vista; e (b) pela variação cambial, relativamente às transações pactuadas em moeda estrangeira.

3.8. Obrigações tributárias

A Entidade é pessoa jurídica imune da incidência do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e, por consequência, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), bem como das contribuições ao PIS e à COFINS sobre o faturamento e demais receitas.

No entanto, a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição ao PIS sobre o montante global das remunerações mensais pagas, devidas ou creditadas aos trabalhadores assalariados por meio de suas folhas de pagamento, à alíquota de 1%.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valor incertos que surgiram como resultado de transações passada.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC PME e consideram premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos:

Ativos contingentes - trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação



**Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
2º Trimestre 2021**

de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça.

3.10. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus futuros benefícios econômicos serão gerados em favor da entidade seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.11. Reconhecimento de receitas e despesas

3.11.1. – Receitas operacionais



**Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
2º Trimestre 2021**

A receita é registrada com base no regime de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber dos serviços prestados no curso normal das atividades da Entidade. A Entidade reconhece a receita quando o valor da receita pode ser o mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade.

A principal receita do SENAR - AR/MS é a decorrente do recebimento das contribuições sociais arrecadadas pela Previdência Social em guias previdenciárias, na forma prevista na Lei nº 8.315/91. A arrecadação previdenciária é encaminhada mensalmente pelo Ministério da Fazenda ao SENAR Central sendo repassado ao SENAR- AR/MS e suas incidências recaem sobre o valor bruto da comercialização da produção rural e sobre a folha de salários de pessoas físicas, jurídicas e agroindústrias. As incidências ocorrem da seguinte forma:

- a) Sobre o valor bruto da comercialização da produção rural:** incidem sobre as receitas de vendas da produção rural próprias, praticadas nos mercados interno e para o exterior (exportações), sendo aplicadas as seguintes alíquotas: (i) 0,2% para as pessoas físicas; (ii) 0,25% para as pessoas jurídicas e agroindústrias;
- b) Sobre a folha de pagamento:** para as empresas prestadoras de serviços rurais e demais empresas com contribuição sobre a folha de salários, bem como Sindicatos, Federações e Confederação Patronal Rural, a alíquota é de 2,5% sobre a folha de pagamento dos empregados.

3.11.2. – Despesas operacionais

As despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A despesa compreende os decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido que surgem no curso das atividades usuais da entidade. As despesas do SENAR/ARMS são classificadas em Atividade Meio, Atividade Fim e Aplicações de Recursos de Terceiros, segregadas em: remuneração a pessoal, encargos sociais, material de consumo, serviços, outras despesas, benefícios a pessoal e depreciação e amortização.

3.12. Cobertura de Seguros

O SENAR-AR/MS mantém seguros de bens em geral, que julga ser suficiente para cobertura de possíveis sinistros.

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
2º Trimestre 2021**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Caixa	1.415	-
Banco Conta Movimento - Rec. Próprios	1.435	4.097
Banco Contratos e Termo de Adesão	623	890
Aplicações Financeiras - Rec. Próprios	102.320.644	80.711.215
Aplicações Financeiras - Rec. Contratos e Termo de Adesão	2.439.964	1.467.528
	<u>104.764.081</u>	<u>82.183.730</u>

As aplicações financeiras são representadas por fundos de investimento de renda fixa, CDB DI, CDB DI Swap e poupança, sendo remuneradas por taxas mensais que variaram entre 0,30% e 0,50%. Essas aplicações possuem liquidez imediata com mudança insignificante em relação ao valor registrado.

5. Contas a receber

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Contribuições Sociais - Lei 8.315 INSS	9.003.558	5.098.622
	<u>9.003.558</u>	<u>5.098.622</u>

Refere-se ao saldo a receber da arrecadação das contribuições ao SENAR, com base na Lei nº 8.315/91, de obrigação de recolhimento em guias previdenciárias pelos produtores rurais pessoas físicas e jurídicas e das agroindústrias, todos pertencentes à jurisdição do Mato Grosso do Sul.

Essas contribuições arrecadadas correspondem às competências de junho de 2021 e dezembro de 2020 e seus repasses são efetuados pelo Ministério da Fazenda dentro da primeira quinzena do mês subsequente.

Representam as quantias a serem repassadas pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Fazenda, por Contribuições Sociais sobre a comercialização da produção agropecuária devidas por pessoas físicas, jurídicas e agroindústrias;



Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
2º Trimestre 2021

6. Estoques

São representados por materiais para consumo das atividades rotineiras, administrativas, manutenção de equipamentos de informática e materiais destinados a cursos prestados pela Entidade.

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Material de consumo - Recursos Próprios	72.890	92.893
Material instrucional - Recursos Próprios	1.431.433	1.573.134
Material instrucional - Recursos de Terceiros	276.615	217.326
	<u>1.780.938</u>	<u>1.883.353</u>

7. Adiantamentos**7.1 Adiantamentos a Terceiros**

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Terceiros	254	-
	<u>254</u>	<u>-</u>

O montante de adiantamentos a terceiros refere-se a impostos retidos a menor e compensados no mês de julho de 2021.

7.2 Adiantamentos a Empregados

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Férias	16.851	114.988
13º Salário	284.252	-
	<u>301.103</u>	<u>114.988</u>

8. Valores Recuperáveis

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Restituído por Empregados	1.431	-
Valor Consignado	566	-
Pis Adiantamento 13º Salário	2.842	-
IRRF a Compensar	60	-
ISS a Compensar/ Restituir	320	320
Restituição de Vale Transporte	320	328
	<u>5.539</u>	<u>648</u>

O valor de ISS a Compensar/Restituir está aguardando parecer da Prefeitura de Campo Grande MS conforme processo 111252/2018-10.

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
2º Trimestre 2021**9. Variações Patrimonial Diminutiva VPD**

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Seguros apropriar automóvel	3.722	8.711
Seguros apropriar prédio	1.494	4.254
Seguros apropriar colaboradores	798	4.697
Despesas pagas antecipadamente	53.884	-
Aluguel apropriar	93.412	73.616
Seguros apropriar equipamentos	247	1.527
Seguros apropriar alunos centro de excelência	1.078	950
Assinatura de jornais e revistas	-	8
	<u>154.635</u>	<u>93.763</u>

10. Realizável a Longo Prazo

O SENAR/AR-MS em maio de 2021 ingressou com o pedido de imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal, RAT/SAT, PIS, Contribuições destinados a Terceiros, Inkra, Funrural, Salário-educação da entidade. A imunidade tributária em questão não abrange a responsabilidade tributária (cota do empregado e/ou qualquer outra retenção no caso de prestação de serviço de pessoa jurídica), razão pela qual estas cotas continuaram sendo recolhidas normalmente.

Após a judicialização da ação de imunidade em favor do SENAR/ARMS, os valores referentes a contribuições previdenciária patronal, RAT/SAT e PIS passaram a ser recolhidos judicialmente, em contas separadas. Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 dos depósitos judiciais realizados nos respectivos períodos, foram:

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Depósitos Judiciais Trabalhistas	118.998	-
	<u>118.998</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
2º Trimestre 2021

11. Ativo Imobilizado

Em 31 de Dezembro de 2020		Saldo em 30/09/2020			Movimentação Quarto Trimestre 2020				Saldo em 31/12/2020		
Descrição	Taxa anual de deprec.	Custo	(-) Deprec. acumulada	Líquido	Adições		Baixas		Custo	(-) Deprec. acumulada	Líquido
					Custo	(-) Deprec. acum.	Custo	(-) Deprec. acum.			
Terrenos	-	1.371.945	-	1.371.945	-	-	-	-	1.371.945	-	1.371.945
Prédios	4%	4.036.207	(720.787)	3.315.420	-	(26.532)	-	-	4.036.207	(747.319)	3.288.888
Construção em Andamento	-	115.191	-	115.191	60.150	-	-	-	175.341	-	175.341
Instalações e adaptações	10%	398.050	(361.359)	36.691	-	(3.103)	-	-	398.050	(364.463)	33.587
Equipamentos máquinas e aparelhos	10%, 20% e 25%	2.046.358	(1.334.950)	711.408	-	(64.808)	-	-	2.046.358	(1.399.759)	646.599
Veículos	20%	420.100	(124.219)	295.881	-	(17.706)	-	-	420.100	(141.924)	278.176
Mobiliário em geral	10% e 20%	708.546	(381.737)	326.809	10.945	(11.016)	-	-	719.491	(392.753)	326.738
Biblioteca	10%	6.126	(484)	5.642	-	(181)	-	-	6.126	(664)	5.462
Equipamento de comunicação	10% e 20%	41.870	(21.347)	20.523	15.656	(1.811)	-	-	57.526	(23.158)	34.368
Máquinas, aparelhos e utensílios de escritório	10%	69.155	(4.522)	64.633	-	(1.672)	-	-	69.155	(6.194)	62.961
Outros equipamentos permanentes	10%, 20% e 25%	84.570	(54.276)	30.294	13.920	(2.053)	-	-	98.490	(56.329)	42.161
		9.298.118	(3.003.681)	6.294.437	100.671	(128.882)	-	-	9.398.789	(3.132.563)	6.266.226
		9.298.118	(3.003.681)	6.294.437	100.671	(128.882)	-	-	9.398.789	(3.132.563)	6.266.226

Em 30 de Junho de 2021		Saldo em 31/03/2021			Movimentação Segundo Trimestre 2021				Saldo em 30/06/2021		
Descrição	Taxa anual de deprec.	Custo	(-) Deprec. acumulada	Líquido	Adições		Baixas		Custo	(-) Deprec. acumulada	Líquido
					Custo	(-) Deprec. acum.	Custo	(-) Deprec. acum.			
Terrenos	-	1.371.945	-	1.371.945	-	-	-	-	1.371.945	-	1.371.945
Prédios	4%	4.036.207	(773.852)	3.262.355	-	(26.532)	-	-	4.036.207	(800.383)	3.235.824
Construção em Andamento	-	265.341	-	265.341	69.107	-	-	-	334.448	-	334.448
Instalações e adaptações	10%	398.050	(367.566)	30.484	214.700	(8.053)	-	-	612.750	(375.619)	237.131
Equipamentos máquinas e aparelhos	10%, 20% e 25%	1.955.635	(1.325.532)	630.103	73.638	(66.063)	-	-	2.029.273	(1.391.595)	637.678
Veículos	20%	420.100	(159.630)	260.470	-	(17.706)	-	-	420.100	(177.335)	242.765
Mobiliário em geral	10% e 20%	895.587	(350.961)	544.626	-	(16.917)	(31.779)	31.779	863.808	(336.098)	527.710
Biblioteca	10%	6.126	(843)	5.283	-	(180)	-	-	6.126	(1.025)	5.101
Equipamento de comunicação	10% e 20%	44.994	(12.794)	32.200	-	(2.168)	-	-	44.994	(14.962)	30.032
Máquinas, aparelhos e utensílios de escritório	10%	67.874	(6.586)	61.288	-	(1.672)	-	-	67.874	(8.258)	59.616
Outros equipamentos permanentes	10%, 20% e 25%	95.640	(55.764)	39.876	-	(2.285)	-	-	95.640	(58.050)	37.590
		9.557.499	(3.053.528)	6.503.971	357.445	(141.576)	(31.779)	31.779	9.883.165	(3.163.325)	6.719.840
		9.557.499	(3.053.528)	6.503.971	357.445	(141.576)	(31.779)	31.779	9.883.165	(3.163.325)	6.719.840

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
2º Trimestre 2021

12. Intangível

Em 31 de Março de 2021		Saldo em 31/12/2020		Movimentação Primeiro Trimestre 2021				Saldo em 31/03/2021		
Descrição	Custo	(-) Amortiz. acumulada	Líquido	Adições		Baixas		Custo	(-) Amort. acumulada	Líquido
				Custo	(-) Amort.	Custo	(-) Amort.			
Programas de Informática	640.931	(373.621)	267.310	24.150	(28.867)	159.702	(159.702)	505.379	(242.787)	262.592
	640.931	(373.621)	267.310	24.150	(28.867)	159.702	(159.702)	505.379	(242.787)	262.592
	640.931	(373.621)	267.310	24.150	(28.867)	159.702	(159.702)	505.379	(242.787)	262.592
Em 30 de Junho de 2021		Saldo em 31/03/2021		Movimentação Segundo Trimestre 2021				Saldo em 30/06/2021		
Descrição	Custo	(-) Amortiz. acumulada	Líquido	Adições		Baixas		Custo	(-) Amort. acumulada	Líquido
				Custo	(-) Amort. acum.	Custo	(-) Amort. acum.			
Programas de Informática	505.379	(242.787)	262.592	-	(33.258)	-	-	505.379	(276.045)	229.334
	505.379	(242.787)	262.592	-	(33.258)	-	-	505.379	(276.045)	229.334
	505.379	(242.787)	262.592	-	(33.258)	-	-	505.379	(276.045)	229.334

13. Fornecedores

Os montantes a pagar aos fornecedores de serviços compreendem os gastos de apoio às atividades educacionais e os administrativos, como alimentação, realizações de eventos, auditoria e manutenções de bens.

	31.03.2021	31.12.2020
Serviços	129.484	30.578
Concessionários de serviços	5.998	7.671
Produtos/mercadorias	62.526	2.400
Instrutores	611.233	7.561
	809.241	48.210

14. Convênios e Termo de Adesão

a) Em 02/09/2019 o SENAR-AR/MS assinou junto ao Senar CENTRAL o Termo de Adesão nº 069/19, ao projeto Gestão Integrada de Paisagens no Bioma Cerrado – FIP Paisagens, em conformidade com o Programa de Investimentos Florestal (FIP), no âmbito do Plano de Investimento Brasil, atuando de forma transversal aos temas 01” Gestão e Manejo de áreas já antropizadas” e 02 “Produção e Gestão da informação florestal”. O projeto visa a integração de práticas de paisagem em bacias hidrográficas selecionadas por meio das ações de Assistência Técnica e Gerencial – AteG.

Assinaturas manuscritas em azul.

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
2º Trimestre 2021

SENAR/FIP PAISAGENS – CONCILIAÇÃO DO SALDO			
Aplicações – Conta de ativo		Origem Recurso	
Conta	Valor (R\$)	Conta	Valor (R\$)
C/C 49.267-1 Fip Paisagens	154	Senar Fip Paisagens – Recursos de Terceiros	35.905
CDB DI 49.267-1 Fip Paisagens	65.981	Impostos a Recolher e Fornecedores a pagar	30.230
TOTAL	66.135	TOTAL	66.135

b) Em 30/04/2020 o SENAR-AR/MS assinou junto ao Senar CENTRAL o Termo de Adesão e Compromisso nº 03/2020, que trata de um que busca contribuir com a ampliação das ações de Assistência Técnica e Gerencial - ATEG do Senar Central e estimular o atendimento do seu público prioritário, com a adoção dos critérios de reciprocidade estabelecidos na Portaria nº 006/2018/CD, de 30 de agosto de 2018. Além disso, o programa visa fomentar o desenvolvimento de ações em atividades produtivas prioritárias e/ou potenciais do Estado, cada parte será responsável por 50% dos recursos deste programa. A receita e despesa é reconhecida no resultado na proporção de realização do plano de trabalho, os recursos recebidos e ainda não aplicados são mantidos no passivo até a sua devida realização, os recursos próprios aportados pelo SENAR Regional, são apenas transferidos para a conta bancárias, especifica deste programa.

SENAR/ATEG – CONCILIAÇÃO DO SALDO			
Aplicações – Conta de ativo		Origem Recurso	
Conta	Valor (R\$)	Conta	Valor (R\$)
C/C 49256-6 Senar Ações Ateg	470	Senar Ações Ateg – Recursos de Terceiros	1.079.359
CDB DI 49.256-6 Senar Ações Ateg	2.373.982	Recursos Próprios Senar	1.288.138
		Impostos a Recolher e Fornecedores a pagar	6.955
TOTAL	2.374.452	TOTAL	2.374.452

15. Obrigações Fiscais

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
2º Trimestre 2021

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
IRRF a recolher empregados	85.355	67.727
PIS sobre folha de pagamento	-	6.312
IRRF s/ cont. individual e nota fiscal	15.797	14.019
ISS retido	52.986	37.314
PIS/COFINS/CSLL retido	25.240	23.600
	<u>179.377</u>	<u>148.972</u>

16. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Salários a pagar	745.933	279.194
Férias	14.278	-
	<u>760.211</u>	<u>279.194</u>

17. Consignações s/ folha

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Consignações folha de pagamento	22.624	22.040
	<u>22.624</u>	<u>22.040</u>

18. Obrigações com Encargos Sociais

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
INSS a recolher folha de pagamento	49.138	48.442
INSS patronal a pagar	16.769	147.432
FGTS a pagar	73.271	72.023
INSS a recolher serviços de terceiros	18.603	2.652
INSS a pagar contribuinte individual	708	5.700
	<u>158.489</u>	<u>276.249</u>

19. Apropriações trabalhistas (provisões)

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Provisão de 13º salário	287.647	-
Encargos de 13º salário	71.324	-
Provisão de Férias	628.937	451.617
Provisão de encargos sociais sobre férias	205.210	147.160
	<u>1.193.118</u>	<u>598.777</u>

20. Partes relacionadas

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
2º Trimestre 2021

Durante o 2º trimestre de 2021 não foram identificadas transações entre partes relacionadas além da remuneração do pessoal chave da administração.

a) Valores a repassar a unidades

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Senar - Administração Central	276.615	217.326
	<u>276.615</u>	<u>217.326</u>

Corresponde ao valor dos recursos materiais: Manuais, Materiais de Divulgação Institucional entre outros, fornecidos pelo SENAR Central, conforme disposto na Nota Técnica nº 015/DAF/2014 de 01/07/2014 do SENAR Central.

b) Remuneração de pessoal-chave da administração

No 2º trimestre de 2021, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a direção da Entidade, totalizou R\$ 189.699,32, registrados no grupo de despesas com pessoal, incluindo salários, remunerações variáveis e benefícios diretos.

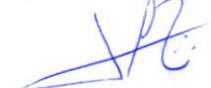
A Entidade não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

21. Provisões e Contingências

As de provisões para contingência estão amparadas por documentos emanados da Assessoria Jurídica interna da entidade. No 2º trimestre de 2021 não foi constituída provisão, pois as ações cíveis, trabalhistas e tributárias, no julgamento dos assessores jurídicos não apresentaram estimativa de perda ou ganho financeiro provável.

As ações cujas probabilidades de perda estão classificadas "possível" pela assessoria jurídica não são provisionadas contabilmente, em cumprimento ao que determina o CPC 25 – Provisão, Passivos contingentes e ativos contingentes, os montantes as ações representadas por perda possível estão demonstradas abaixo por natureza:

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Cível	101.045	101.045
Tributária	1.000	-
	<u>102.045</u>	<u>101.045</u>

d: 




Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
2º Trimestre 2021

22. Obrigações a Longo Prazo

O SENAR/AR-MS ingressou com o pedido de imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal, RAT/SAT, PIS e Contribuições destinadas a Terceiros, Incra, Funrural, Salário-educação da entidade. Após a judicialização da ação de imunidade em favor do SENAR/AR-MS, os valores referente a contribuição previdenciária patronal, RAT/SAT e PIS passaram a ser provisionadas nas contingências em conta exclusiva até a obtenção decisão judicial e da sentença. Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 das provisões para Contingências Trabalhistas realizadas no período, foram:

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Provisões para Contingências Trabalhistas	253.467	-
	<u>253.467</u>	<u>-</u>

23. Patrimônio líquido

O patrimônio social em 30 de junho de 2021 é de R\$ 118.309.874, e R\$ 93.647.639 em 31 de dezembro de 2020, sendo exclusivamente composto pelos superávits acumulados. O patrimônio social pode ser assim resumido:

Patrimônio Social	30.06.2021	31.12.2020
Disponibilidades	104.764.080	82.183.730
Créditos	9.310.455	5.214.259
Estoques	1.780.938	1.883,353
Ativo não circulante	7.068.172	6.533.536
Demais ativos	154.635	93.763
	123.078.280	95.908.641
(-) Obrigações operacionais	(3.123.060)	(1.394.492)
(-) Obrigações por repasse e termos	(1.391.879)	(866.510)
(-) Passivo não circulante	(253.467)	-
	(4.768.406)	(2.261.002)
(=) PATRIMÔNIO SOCIAL	118.309.874	93.647.639

24. Receita Contribuições Sociais

	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Lei 8.315 INSS	46.605.195	25.828.692
	<u>46.605.195</u>	<u>25.828.692</u>

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
2º Trimestre 2021**25. Realizações de convênios e termo de adesão**

	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Convênio "Soja Plus"	-	66.631
Termo de Adesão "REDE E-TEC MEC"	-	16.174
Termo de Adesão ATEG 1/1	832.539	130
Termo de Adesão Paisagens Rurais	56.280	2.778
	<u>888.819</u>	<u>85.713</u>

26. Despesa

As Despesas realizadas pelo SENAR-AR/MS alcançaram, no final deste trimestre, o montante de R\$ 11.891.356 (Onze milhões, oitocentos e oitenta e um mil, trezentos e cinquenta e seis reais).

	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Remuneração a pessoal	4.113.654	4.329.087
Despesas com Contingências	357.016	-
Encargos patronais	933.896	1.452.767
Material de consumo	562.596	349.646
Serviços	14.654.087	12.102.112
Outras despesas	42.389	72.709
Despesas financeiras	28.652	24.381
Transferências diversas	2.723.698	-
Benefícios a pessoal	448.967	417.047
Impostos e contribuições sociais	8.429	7.440
Depreciação, amortização e exaustão	339.137	238.551
	<u>24.212.521</u>	<u>18.993.740</u>

26.1 Remuneração a Pessoal

Remuneração a Pessoal são despesas com salários, férias e adicional de férias 1/3, 13º salário, indenizações trabalhistas, anuênio, bolsa estágio, horas extraordinárias, aviso prévio indenizado e subsídio.

	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Salários e ordenados	3.047.056	3.176.017
Férias	309.055	307.782
Adicional de férias (1/3)	102.947	103.303
13º Salário	295.065	306.910
Indenizações trabalhistas	9.326	8.552
Anuênio	102.487	122.349
Bolsa estágio	33.042	25.608
Horas extraordinárias	42.666	31.702



Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
2º Trimestre 2021

Aviso prévio indenizado	11.335	93.412
Subsídio	160.676	153.452
	<u>4.113.655</u>	<u>4.329.086</u>

26.2 Encargos Sociais

Encargos Patronais são encargos trabalhistas FGTS, INSS e PIS incidentes sobre as remunerações pagas aos funcionários efetivos e Presidente.

	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Encargos sociais patronal s/ folha	571.409	923.681
Fgts	307.720	319.595
Pis s/ folha de pagamento	24.107	38.752
Obrigações patronais s/ subsídio	20.951	30.690
Fgts 40% multa rescisória	9.709	140.049
	<u>933.896</u>	<u>1.452.767</u>

26.3 Contingências Trabalhistas/Encargos

Contingências Trabalhistas /Encargos são referentes ao pedido de imunidade da contribuição previdenciária patronal, RAT/SAT e PIS. Após a judicialização da ação de imunidade em favor do SENAR/AR-MS, os valores passaram a ser provisionadas em contas específicas:

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Despesas Contingenciais	357.016	-
	<u>357.016</u>	<u>-</u>

26.4 Material de Consumo

Trata-se de gastos com materiais de expediente, informática, combustíveis, materiais para manutenção de bens móveis e imóveis, peças/acessórios para veículos, material de copa cozinha e materiais instrucionais para treinamento.

	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Gêneros alimentícios	-	6.684
Material de expediente	152.015	29.675
Combustíveis e lubrificantes	41.504	68.512
Mat. para conservação de bens móveis e imóveis	15.512	11.746
Mat. de copa	740	611
Mat. de higiene e limpeza	-	138
Peças e Acessórios veículos	2.410	5.395

dx: 

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
2º Trimestre 2021

Material Instrucional	350.414	226.884
	<u>562.596</u>	<u>349.645</u>

26.5 Serviços

No quadro a seguir apresentamos a movimentação das contas que compõem o saldo no exercício das despesas do grupo SERVIÇOS.

	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Telefone	19.431,14	29.712,07
Energia elétrica	87.445,58	91.844,54
Água e esgoto	14.382,38	23.800,16
Acesso à internet	31.539,96	40.570,67
Aluguéis de imóveis	167.027,75	142.534,94
Locação de veículos e equipamentos	214.248,88	307.620,95
Serviços técnicos e profissionais	661.036,00	409.679,72
Serviços de auditoria externa	13.397,50	10.625,00
Honorários advocatícios	43.200,00	61.686,00
Manut. conserv.de bens móveis/imóveis	46.635,00	43.345,26
Despesas cartórios	191,50	38,40
Impostos, taxas e contribuições	14.260,35	6.864,11
Correios, fretes e malotes	45.230,27	25.552,61
Manutenção e atualização de software	86.604,73	41.275,89
Despesas com passagens e locomoção	2.371,65	33.423,85
Despesas com lanches e refeições	129,80	22.562,80
Despesas com hospedagem	-	2.065,06
Seguro em geral	11.629,13	11.345,97
Guarda e vigilância	530.901,60	359.964,80
Propaganda, publicidade e publicações	540.037,91	896.249,05
Serviços gráficos	40.282,46	23.489,64
Manutenção e conservação de veículos	4.350,00	7.975,87
Despesa Contratos e Serviços	-	39.024,01
Estagiários PJ	14.734,49	28.536,22
Apoio a parceiros /SR	-	1.802.183,73
Apoio realização de eventos	-	233.500,00
Serviços ambulatoriais	4.000,00	196.384,50
Cursos, treinamentos e seminários	42.822,99	4.949,90
Serviço de guarda e armazen. de documentos	29.509,96	-
Serviços de instrutores	11.988.677,09	7.184.667,13
Termos de cooperação e adesão	-	20.430,00
Assinatura de jornais e revistas	8,66	209,36

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
2º Trimestre 202114.654.086,7812.102.112,31**26.6 Outras Despesas**

Outras Despesa são os gastos com viagens a serviço e despesas com Gestores, tais como: Diárias e Jetons.

	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Diárias pessoal efetivo	13.274	53.828
Diárias conselho fiscal/administrativo	1.916	479
Jetons conselho fiscal/administrativo	27.108	13.195
Despesas com Viagens		5.207
	<u>42.389</u>	<u>72.709</u>

26.7 Despesas Financeiras

Despesas financeiras são os gastos com tarifas bancárias das contas correntes e aplicações de recursos próprios e recursos de terceiros.

	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Despesas Financeiras	28.652	24.381
	<u>28.652</u>	<u>24.381</u>

26.8 Transferência Diversas

Repasse realizados por meio de Termo de Cooperação e Adesão referente a patrocínios, apoio a parceiros e mobilizações.

	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Termo de Cooperação e Adesão	2.723.698	-
	<u>2.723.698</u>	<u>-</u>

26.9 Benefícios a Pessoal

Benefícios a Pessoal são as despesas com vale transporte, vale alimentação, assistência social e assistência médica.

	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Vale transporte	8.913	4.534
Vale alimentação	128.861	112.180
Auxílio creche	5.577	1.568
Assistência médica/odontológica	298.679	291.301
Seguro de vida colaboradores	4.074	4.903



**Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
2º Trimestre 2021**

Auxílio educação	2.863	2.561
	<u>448.967</u>	<u>417.047</u>

26.10 Impostos e Contribuições Sociais

Despesas com Contribuição Previdenciária Patronal incidente sobre terceiros pessoa física.

26.11 Depreciação, Amortização e Exaustão

São despesas com depreciação de bens do ativo imobilizado e amortizações de bens intangíveis, as apropriações são mensais seguindo as normas de contabilidade vigente.

27. Gestão de riscos

Os principais passivos financeiros da Entidade referem-se contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Entidade. A Entidade possui contas a receber e outras contas a receber, depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Entidade ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se às obrigações de longo prazo da Entidade sujeitas a taxas de juros variáveis e correção monetária vinculada a índices.

Risco de Crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Entidade e o risco é minimizado na alocação de recurso com entidades de primeira linha e de grande porte.

Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre das decisões da Administração da Entidade, do capital de giro e dos encargos financeiros e amortização principal dos instrumentos de dívida. É o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações financeiras, conforme elas vençam. A Entidade acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de

dt:



**Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
2º Trimestre 2021**

planejamento de liquidez recorrente, analisando e projetando as entradas e saídas de recursos de curto prazo, avaliando sempre novas formas de financiamento caso ocorram erros nas projeções desses recursos de giro.

28. Outros Assuntos

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades de setor privado, que somados ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A administração avalia constantemente o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeiro do SENAR-AR/MS, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar seus impactos nas operações e nas demonstrações financeiras.

O SENAR-Administração Central juntamente com as Administrações Regionais vem buscando medidas de não deixar de atender nossos produtores rurais, buscando alternativas emergenciais para minimizar os impactos da suspensão das visitas presenciais da ATeG e treinamentos de Formação Profissional Rural e Promoção Social.

MAURÍCIO KOJI SAITO
PRESIDENTE SENAR-AR/MS
CPF: 850.686.919-68

LUCAS D. GALVAN
SUPERINTENDENTE SENAR-AR/MS
CPF: 996.035.431-87

MILENE HOLANDA NANTES
CONTADORA
CRC/MS 9601/O-4
CPF: 721.797.401-15